



Promoção



ENTIDADE FEDERATIVA
NACIONAL

Realização



A perícia no projeto do novo CPC

Francisco Maia Neto

Advogado/Engenheiro

Francisco & Associados
Maia Consultoria em
soluções de conflitos

PRECISÃO
CONSULTORIA

A perícia no projeto do novo CPC

- Honorários periciais
- Do perito
- Da prova documental
- Da prova pericial

Honorários periciais

- Perícias requeridas pela Fazenda Pública, Ministério Público ou Defensoria Pública – entidade pública ou previsão orçamentária
- Rateio do custo – determinada de ofício ou requerida por ambas
- Justiça gratuita – previsão orçamentária e tabela do tribunal respectivo ou CNJ
- Fazenda Pública pode cobrar as despesas do sucumbente
- O depósito prévio continua como uma faculdade e deveria ser uma obrigação
- Remete ao capítulo da prova pericial a forma de pagamento ao perito

Honorários periciais

- Apresentação de proposta dos honorários em 5 dias, com currículo e contatos (e-mail)
- Partes manifestarão em 5 dias e juiz arbitra o valor
- Adiantamento de 50% do valor
- Restante será pago após entrega do laudo e esclarecimentos
- Punição de redução de honorários para perícia inconclusiva ou deficiente

Do perito

- Nomeação dentre profissionais legalmente habilitados
- Amplia para órgãos técnicos ou científicos
- Todos deverão se inscrever em cadastro do respectivo tribunal
- A formação de cadastro está vinculada a ampla consulta pública e também a órgãos específicos
- Manutenção do cadastro exigirá avaliações periódicas (formação profissional, atualização e experiência)
- Os órgãos técnicos ou científicos devem informar os nomes e dados dos profissionais que atuarão na perícia
- Mantida a livre escolha em caso de inexistência do cadastro

Do perito

- Mantido o dever de cumprimento do ofício e a faculdade de escusa
- Cartórios deverão organizar lista de peritos e as nomeações deverão ser equitativas
- O perito poderá responder por prejuízos causados, se agir por dolo ou culpa
- Ficará ainda inabilitado por 2 a 5 anos
- O fato deverá ser comunicado ao respectivo Conselho

Da prova documental

- As reproduções mecânicas continuam a fazer prova, desde que não impugnadas
- A fotografia digital e reproduções da Internet passarão a ser admitidas
- Caso impugnadas, deverão ser apresentadas autenticações eletrônicas ou realizada perícia

Da prova pericial

- No capítulo da organização do processo, em caso de perícia, o juiz deverá estabelecer um calendário para sua realização
- Criada a prova técnica simplificada, que nada mais é do que a atual inquirição do perito
- A novidade é um maior detalhamento do que consiste esta atividade
- O prazo para indicação de assistente técnico e formulação de quesitos passa a ser de 15 dias

Da prova pericial

- Assegurado aos assistentes técnicos acompanhar diligências e exames realizados pelo perito
- O perito deverá comprovar nos autos a prévia comunicação, com antecedência mínima de 5 dias
- Pode ser substituído por falta de conhecimento ou se não cumprir o encargo no prazo, quando haverá multa baseada no valor da causa e possível prejuízo causado
- Ainda deverá restituir o que recebeu em 15 dias, sob pena de ficar impedido de atuar por 5 anos
- Se não o fizer voluntariamente a parte poderá iniciar a execução dos valores

Da prova pericial

- Os quesitos suplementares poderão ser respondidos na perícia ou em audiência
- A maior novidade é o surgimento da perícia consensual, que substituirá o perito nomeado pelo juiz
- Consiste na escolha do perito pelas partes, de comum acordo, desde que sejam capazes e a causa admita autocomposição
- Ocorre a indicação normal de assistente técnico e a perícia se processa na forma regular
- Prorrogação pode ocorrer uma vez, pela metade do prazo original

Da prova pericial

- Outra novidade é a inclusão dos itens obrigatórios na perícia, como segue:
 - a) exposição do objeto;
 - b) análise técnica ou científica realizada;
 - c) método utilizado, com fundamentação da escolha;
 - d) resposta conclusiva aos quesitos
- Deve ainda apresentar sua fundamentação em linguagem simples e com coerência, explicando a conclusão
- Vedado extrapolar os limites da designação e emitir opiniões pessoais

Da prova pericial

- O prazo passa a ser comum, de 15 dias, para os advogados se manifestarem sobre o laudo e assistentes técnicos apresentam seus pareceres
- O esclarecimento do perito será no prazo de 15 dias e deverá versar sobre:
 - a) ponto que exista divergência das partes, juiz ou Ministério Público;
 - b) ponto divergente dos pareceres
- Se persistir a divergência o perito ou assistente técnico pode ser intimado para comparecer à audiência, cujas perguntas continuam sob a forma de quesitos

Da prova pericial

- A intimação terá antecedência de 15 dias e será por meio eletrônico
- A fundamentação da sentença deverá levar em conta o método utilizado pelo perito



Muito
Obrigado!